

CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (doravante “Cedro” ou “Companhia”), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 2 de abril de 1883, resultado da fusão das empresas Mascarenhas & Irmãos (Fábrica do Cedro), em funcionamento desde 1872 e Mascarenhas & Barbosa (Fábrica da Cachoeira), é uma Companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

Atualmente, a Companhia exerce sua principal atividade através da operação de três fábricas instaladas no Estado de Minas Gerais, e também através de sua controlada Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio (doravante “Santo Antônio”), indústria têxtil instalada em Minas Gerais, na área da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE.

A Administração considera que a concretização de operação estratégica resultou na recuperação da estrutura de capital como também na consolidação da rentabilidade em patamares sustentáveis, capazes de garantir liquidez suficiente para a operação bem como a continuidade operacional prolongada da Companhia.

A venda de ativos que não afetam diretamente a operação principal da Companhia, permanecem em entendimentos.

	<u>Últimos doze</u>		
	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>	<u>Variação</u>
Faturamento	687.410	774.767	-11,28%
Receita líquida de vendas (RLV)	585.644	669.860	-12,57%
Lucro bruto	92.634	62.349	48,57%
Lucro líquido	(58.950)	54.226	-208,71%
Ebitda	9.479	63.904	-85,17%

Na análise da geração de caixa medida pelo Ebitda, os valores positivos apresentados no 3º trimestre 2020 totalizaram o valor de R\$9.479 (R\$ 63.904 em 2019) no consolidado.

1.1 Pandemia Coronavírus (COVID-19)

A declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, classificando como pandemia o surto do novo Coronavírus (COVID-19), desencadeou decisões mundiais significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores a serem reconhecidos nas Demonstrações Contábeis das empresas.

A Companhia mantém acompanhamento periódico de suas operações, e vem tomando as medidas necessárias para minimizar o impacto do surto da COVID-19, preservar a integridade e saúde dos nossos colaboradores - nossa prioridade absoluta, bem como a garantir a sustentabilidade do nosso negócio.

As seguintes principais medidas foram tomadas:

- implementação do Comitê de Crise formado pela Administração e um grupo de líderes de diversas áreas, visando acompanhamento e maior celeridade na tomada de decisão;
- adoção de trabalho remoto (home office), paralisação de produção em uma das unidades (suspensão de trabalho) e redução de produção (redução jornada de trabalho), medida que reduziu os estoques em R\$7,6 milhões na Controladora e R\$17,3 milhões no Consolidado.
- cancelamento de viagens e reuniões presenciais, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes;
- adoção de medidas de fortalecimento do Caixa com monitoramento diário da necessidade de caixa, renegociação de fornecedores para postergação de pagamentos R\$5,0 milhões na Controladora e R\$17,5 milhões no Consolidado, contingenciamento de despesas e investimentos, revisão do volume de produção e compras, captação de empréstimos para Capital de Giro R\$22,8 milhões na Controladora e R\$37,4 milhões no Consolidado;
- adesão às medidas de assistência governamental como postergação do recolhimento do PIS e Cofins e Contribuição Previdenciária, parcelamento do FGTS, redução das alíquotas da contribuição aos serviços sociais autônomos (Sistema S), adesão ao programa emergencial de manutenção do emprego e renda nos termos da Medida Provisória nº 936. Esta adesão proporcionou no consolidado o benefício de R\$15,9 milhões com a redução de encargos sociais devidos sobre a folha de pagamento.

A Companhia realizou um conjunto de análises sobre o impacto do COVID-19, que envolveu:

- revisão das premissas do teste anual de *impairment*, cuja análise não demonstrou a necessidade de reconhecimento de ajuste nas informações trimestrais;
-

- análise de perdas de crédito esperadas do contas a receber gerou provisão adicional de R\$2,7 milhões na Controladora e R\$4,5 milhões no Consolidado, cujos impactos estão divulgados na nota explicativa 8;
- análise de eventuais perdas por obsolescência de estoques, mantendo-se a política de provisões adotada, considerando a posição de estoques perenes e a política comercial de não realizar estoques abaixo do preço de custo, não houve necessidade de provisão complementar;
- revisão das projeções de resultado para o biênio 2020/2021 e análise da recuperabilidade de impostos diferidos;
- avaliação das estimativas relevantes utilizadas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias, entre outras análises.

A continuidade das operações e preservação da sustentabilidade do nosso negócio, é prioridade da Administração da Companhia. Mesmo diante das incertezas da economia pós pandemia, a Administração não tem conhecimento de eventos materiais que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

1. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A autorização para conclusão das informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração da Companhia em 13 de novembro de 2020.

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem as informações contábeis intermediárias da controladora, identificadas como Controladora, e as informações contábeis intermediárias consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias individuais ambas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, a Companhia optou por apresentar essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas elaboradas de acordo com o BR GAAP e IFRS, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, emitidas em 20 de março de 2020. As práticas contábeis adotadas para estas informações contábeis intermediárias são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, Nota Explicativa nº 2.

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS APLICADAS PELA PRIMEIRA VEZ PARA O PERÍODO INICIADO EM, OU APÓS, 1º DE JANEIRO DE 2019.

Mudanças de práticas contábeis

CPC 06(R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

A Sociedade aplicou, a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06(R2) / IFRS 16, aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em dezembro de 2017, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço.

Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros.

O arrendamento está presente em um contrato se o contrato incluir ambas as condições a seguir:

- Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor;
 - O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Sociedade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo.
-

A Sociedade e suas controladas optaram pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de reapresentações dos períodos comparativos, adotando os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- A mensuração do passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, líquidos de créditos de PIS e COFINS, descontado a partir das taxas de juros incrementais de empréstimo, agrupadas por natureza do ativo, e prazo contratual;
- A mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial foi ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação técnica ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento tributário passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019. Essa Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32/IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32/IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Empresa está avaliando o impacto da aplicação desta norma.

2. BASES DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira e suas controladas em 31 de dezembro de 2019 e em 30 de setembro de 2020.

Razão social	País sede	Participação (%)	
		Total	Votante
Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio	Brasil	85,44	99,99
Incorporação, Compra e Venda de Imóveis Cedro Ltda	Brasil	99,00	99,00
AGC – Armazéns Gerais Cedro Ltda	Brasil	98,00	98,00

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas

até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre a Companhia e suas controladas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as companhias, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

3. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

(a) Política de gestão de riscos financeiros

A gestão dos riscos financeiros é realizada de forma a orientar em relação às transações, requerendo diversificação e seleção de contrapartes. Regularmente, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são monitoradas, com o propósito de avaliar o resultado e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Não obstante a Controladora apresenta capital circulante líquido negativo, a gestão do risco de liquidez é realizada considerando as operações consolidadas da Companhia.

(d) Risco de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros.

(i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A exposição das taxas de juros está sumarizada na nota de sensibilidade abaixo.

(ii) Risco de taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A exposição cambial líquida da Companhia e de suas controladas, vinculadas, substancialmente ao dólar norte-americano, é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	Em dólares americanos (US\$ mil)		Em dólares americanos (US\$ mil)	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Financiamentos em moeda estrangeira	(1.529)	(2.296)	(1.529)	(2.296)
Fornecedores mercado externo	(246)	(215)	(715)	(625)
Depósitos em dólar	812	1.004	2.055	2.652
Contas a receber em moeda estrangeira	353	306	957	688
Exposição (passiva) / ativa líquida	(610)	(1.201)	768	419

Análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário provável o dólar cotado a R\$5,25, conforme entendimento do mercado, divulgado por meio do Boletim Focus de 16 de outubro de 2020. Na controladora e consolidado os cenários II e III foram calculados com deterioração e valorização de 25% respectivamente na variável de risco, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do consolidado e da controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. O cenário base foi calculado utilizando-se o dólar de fechamento em 30 de setembro de 2020, de R\$5,6407.

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2020				30/09/2020			
	Base	Provável	II	III	Base	Provável	II	III
Financiamentos em moeda estrangeira	(8.625)	(8.027)	(10.034)	(12.041)	(8.625)	(8.027)	(6.020)	(4.014)
Fornecedor mercado externo	(1.388)	(1.292)	(1.615)	(1.938)	(4.033)	(3.754)	(2.816)	(1.877)
Contas a receber em moeda estrangeira	4.580	4.263	5.329	6.395	11.592	10.789	8.092	5.395
Depósitos em dólar	1.991	1.853	2.316	2.780	5.398	5.024	3.768	2.512
Exposição (passiva) /ativa líquida	(3.442)	(3.203)	(4.004)	(4.804)	4.332	4.032	3.024	2.016
Efeito líquido da variação cambial – perda	-	239	(562)	(1.362)	-	(300)	(1.308)	(2.316)

(e) Demais instrumentos financeiros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como Selic, CDI, TJLP, entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável, segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício, por entender que, devido à volatilidade de mercado, o cenário provável seria equiparado ao de 30 de setembro de 2020, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário provável uma Selic próxima de 2,00% e o CDI em 1,90%.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de valorização da variável de risco considerada, respectivamente (cenários II - possível e III - remoto). Para efeitos dessa análise de sensibilidade, foram considerados os ajustes a pagar somente das próximas datas de vencimento.

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2020				30/09/2020			
	Valor contábil	Conform e taxa efetiva	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%	Valor contábil	Conforme taxa efetiva	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
Empréstimos Indexador:								
155,00% CDI	(20.643)	(611)	(764)	(917)	(20.643)	(611)	(764)	(917)
100,00% CDI + 6,42%	(9.346)	(789)	(986)	(1.184)	(9.346)	(789)	(986)	(1.184)
100%CDI + 5,80%	(1.042)	(81)	(101)	(122)	(2.090)	(163)	(204)	(245)
100,00% SELIC + 4,30% a 11,35%	(64.384)	(6.426)	(8.033)	(9.639)	(86.750)	(8.658)	(10.823)	(12.987)
100,00% CDI + 4,00% a 12,68%	(21.158)	(2.200)	(2.750)	(3.300)	(31.756)	(3.303)	(4.129)	(4.955)
140,00% CDI	(1.065)	(28)	(35)	(42)	(1.065)	(28)	(35)	(42)
100% CDI + 10,03% a 12,68%	(15.000)	(2.021)	(2.526)	(3.032)	(15.000)	(2.021)	(2.526)	(3.032)
100% SELIC + 5,50%	(186)	(14)	(18)	(21)	(186)	(14)	(18)	(21)
	<u>(132.824)</u>	<u>(12.170)</u>	<u>(15.213)</u>	<u>(18.257)</u>	<u>(166.836)</u>	<u>(15.587)</u>	<u>(19.485)</u>	<u>(23.383)</u>

Aplicações Financeiras**Indexador:**

95,00% Selic	-	-	-	-	203	4	5	6
94,00% a 100,00% CDI	3.253	68	85	103	3.389	70	88	106
	3.253	68	85	103	3.592	74	93	112
Exposição líquida	(129.571)	(12.102)	(15.128)	(18.154)	(163.244)	(15.513)	(19.392)	(23.271)
(Aumento)/ redução nas despesas financeiras anuais	-	-	(3.026)	(6.052)	-	-	(3.879)	(7.758)

(f) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia e suas controladas administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 30 de setembro de 2020.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia e suas controladas monitoram o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	154.481	180.849	221.362	233.142
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(4.011)	(3.897)	(11.514)	(17.288)
(-) Aplicações financeiras (nota 7)	(3.253)	(1.603)	(8.663)	(3.235)
A - Dívida líquida	147.577	175.349	201.185	212.619
Total do patrimônio líquido	126.789	172.634	145.119	194.775
B - Capital e dívida líquida	274.366	347.983	346.304	407.394
A/B – Quociente de alavancagem (%)	53,79	50,39	58,09	52,19

(g) Estimativa do valor justo

A Companhia adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para

aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos;
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentadas nas Demonstrações Contábeis, conforme Nível 2:

	Controladora				Consolidado			
	30/09/2020		31/12/2019		30/09/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros								
Empréstimos e Financiamentos	(154.841)	(146.942)	(180.849)	(180.659)	(221.362)	(215.037)	(233.142)	(236.444)
Cessão de Recebíveis	(41.937)	(42.197)	(59.133)	(59.547)	(62.388)	(65.793)	(102.279)	(102.995)
	(196.778)	(189.139)	(239.982)	(240.206)	(290.862)	(280.830)	(335.421)	(339.439)

Os demais saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia no exercício findo em 30 de outubro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercados estimados.

4. INSTRUMENTO FINANCEIRO POR CATEGORIA

Os instrumentos financeiros por categoria são classificados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Ativos financeiros				
Custo amortizado				
Contas a receber de clientes (nota 8)	88.140	85.941	119.337	140.875
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	4.011	3.897	11.513	17.288
Depósito judicial	422	388	675	620
Títulos e certificados	2.365	8.218	2.365	8.218
Dividendos a receber	238	238	-	-
Crédito partes relacionadas (nota 11)	223	183	-	-
Outras contas a receber	126	148	132	148
Aplicações financeiras ao custo amortizado				
Aplicações financeiras	3.253	1.603	8.664	3.235

Passivos financeiros**Custo amortizado**

Empréstimos e financiamentos (nota 18)	157.800	180.849	225.472	233.142
Cessão de recebíveis	41.937	59.133	65.388	102.279
Fornecedores	70.953	63.027	108.843	97.169
Mútuo em controlada (nota 11)	21.062	609	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	41
Outras contas a pagar	3.943	3.319	9.189	9.790

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Caixa e contas correntes bancárias	674	699	2.888	3.086
Numerário em moeda estrangeira	1.988	1.188	5.396	2.678
Bancos conta vinculadas	1.349	2.010	3.229	11.524
	4.011	3.897	11.513	17.288

Os numerários provenientes das receitas de exportações são mantidos em moeda estrangeira aguardando o momento oportuno para conversão, portanto sujeito ao risco cambial.

A conta bancos vinculadas são créditos de cobrança simples de vendas, utilizados para garantia de empréstimos de capital de giro, cuja disponibilidade em conta corrente é feita regularmente e diariamente à medida que novos títulos são colocados em cobrança na instituição financeira.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Certif. de depósitos bancários - CDB	3.253	1.603	3.389	1.737
Fundo de investimento	-	-	5.275	1.498
	3.253	1.603	8.664	3.235

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações vinculadas a empréstimos financeiros. As aplicações em CDB de possuem rentabilidade próxima à variação de 90% a 102% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e as aplicações lastreadas em Debêntures rendem 100% do CDI. Os valores apresentados incluem rendimentos incorridos até a data do balanço e no resgate antecipado não haverá cobrança de encargos pela liquidação. O valor a ser resgatado é equivalente ao valor aplicado mais os rendimentos até o momento do resgate.

Os fundos de investimento são aplicações preponderantemente em títulos públicos que procura acompanhar a variação do CDI.

Todavia, tais aplicações não atendem a todos os critérios para serem registrados como equivalentes de caixa

7. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Cliente no país	94.056	94.835	128.922	155.839
Cliente no exterior	4.580	4.047	11.592	10.689
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.925)	(12.941)	(20.418)	(25.653)
	<u>88.711</u>	<u>85.941</u>	<u>120.096</u>	<u>140.875</u>
Parcela curto prazo	88.140	84.946	119.337	139.817
Parcela longo prazo	571	995	759	1.058
	<u>88.711</u>	<u>85.941</u>	<u>120.096</u>	<u>140.875</u>

A composição das contas a receber é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
A vencer	68.698	82.367	102.619	127.418
Vencidos				
Até 30 dias	2.633	1.575	4.357	3.546
Entre 31 e 60 dias	654	436	1.136	1.208
Entre 61 e 90 dias	2.037	254	2.213	318
Acima de 90 dias	24.614	14.250	30.189	34.038
	<u>98.636</u>	<u>98.882</u>	<u>140.514</u>	<u>166.528</u>

A movimentação na provisão para crédito de liquidação duvidosa foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Saldos no início do exercício	(12.941)	(13.289)	(25.653)	(26.801)
Adições (Nota 23)	(2.875)	(1.195)	(5.651)	(2.321)
Baixas líquidas de reversão	5.891	1.543	10.886	3.469
Saldos no final do período/exercício	(9.925)	(12.941)	(20.418)	(25.653)

A Companhia realizou operações de cessão de recebíveis junto a fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDIC's) multicedentes, com saldo contábil total de R\$ 41.937 (R\$ 59.092 em 2019) na controladora e R\$ 65.388 (R\$ 112.296 em 2019) no consolidado. Se os recebíveis não forem pagos no vencimento, o fundo poderá solicitar a Companhia a recompra do título não liquidado. Como os riscos e benefícios relevantes desses recebíveis não foram transferidos, a Companhia reconheceu o caixa recebido na transferência como passivo na rubrica de Cessão de Recebíveis.

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Produtos acabados	19.699	27.133	22.675	36.067
Produtos em processo	22.043	18.380	41.912	35.598
Matérias-primas	7.595	9.206	13.394	20.140
Materiais auxiliares	9.147	10.222	12.119	13.054
Importações em andamento	2.066	2.310	2.780	2.567
Estoque consignado	1.075	553	1.402	1.497
Provisão para perdas em estoque	(1.137)	(1.694)	(1.281)	(1.932)
	<u>60.488</u>	<u>66.110</u>	<u>93.001</u>	<u>106.991</u>

A movimentação na provisão para perdas no estoque foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Saldos no início do exercício	(1.694)	(1.493)	(1.932)	(2.078)
Adições	-	(307)	(63)	(331)
Reversão / baixas	557	106	714	477
Saldos no final do período/exercício	(1.137)	(1.694)	(1.281)	(1.932)

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Circulante				
ICMS - operações mercantis (i)	343	1.318	550	2.084
ICMS - aquisição de imobilizado	509	485	558	535
Impostos sobre vendas em trânsito	698	168	1453	695
PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo (ii)	5.625	10.244	12.952	21.369
PIS e COFINS - Créditos a recuperar	1.555	1.684	1.910	2.211
Impostos a recuperar – REFIS IV	249	249	249	249
Outros	212	395	1.369	1.043
	9.191	14.543	19.041	28.186
Não circulante				
Pis e Cofins - créditos a recuperar	261	417	373	468
ICMS - aquisição de imobilizado	459	761	515	846
PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo (ii)	37.502	39.744	80.119	82.362
Outros	16	133	219	332
	38.238	41.055	81.226	84.008

(i) O crédito de ICMS em operações mercantis é considerado pela Administração como realizável no curso normal dos negócios complementado por medidas adicionais de realização. A classificação no ativo não circulante reflete o prazo esperado de realização, segundo as projeções de operações futuras da Companhia e suas controladas.

(ii) Transitou em julgado em 13 de dezembro de 2018 ação proposta pela

Companhia em 2006 contra a Fazenda Nacional (União) pleiteando a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Através do Despacho Decisório DRF/BH/SEORT 075/2019 foi deferido o pedido de habilitação do crédito, para compensação com débitos de origem fazendárias. Em 23 de abril de 2019, transitaram em julgado as ações das controladas, Companhia de Fiação e Tecidos Cedronorte cujo pedido de habilitação dos créditos está em análise nas Delegacias da Receita Federal e o da Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio teve o pedido deferido em 07 de agosto de 2019.

10. PARTES RELACIONADAS – CONTROLADORA

Os direitos e obrigações de operações mercantis entre partes relacionadas possuem prazos de 90 dias para recebimento e liquidação podendo ser antecipado conforme fluxo de caixa das empresas. As transações são efetuadas em condições negociadas entre a controladora e suas controladas.

Os contratos de mútuo existentes entre as empresas foram remunerados à variação de 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescidos de um *spread* de 5%, com vigência para 360 dias, todos podendo ser amortizados em prazo inferior para maximizar o fluxo de caixa das empresas. As operações de curto prazo, conta corrente, não são remuneradas e são liquidadas em curtíssimo prazo.

A Companhia e sua controlada são mantenedoras da Associação Cedro Cachoeira, instituição de fins assistenciais, culturais e recreativos sem qualquer objetivo de lucro, sendo que as despesas e contribuições acumuladas no 3º trimestre de 2020 totalizaram o valor de R\$32 (controladora) e R\$74 (consolidado), no mesmo período de 2019 as despesas foram R\$80 (controladora) e R\$189 (consolidado).

Os principais saldos e transações da Companhia com partes relacionadas são os seguintes:

	Santo Antônio	
	30/09/2020	31/12/2019
Saldos		
Contas a receber	23.726	14.646
Dividendo a receber	238	238
Fornecedores	(18.865)	(12.492)
Mútuo ativo (passivo)	(21.062)	(609)

	Santo Antônio	
	30/09/2020	30/09/2019
Transações		
Compras	(7.769)	(12.671)
Vendas	24.512	44.407
Receitas Financeiras	48	-
Despesas financeiras	(233)	(1.079)

11. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	3T20	9M20	3T19	9M19
Remuneração do conselho e diretoria	404	1.221	458	1.345
	Consolidado			
	3T20	9M20	3T19	9M19
Remuneração do conselho e diretoria	817	2.469	926	2.720

12. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

O principal ativo presente na rubrica refere-se a imóvel de 20.153m² localizado no município de Sete Lagoas-MG, está avaliado a valor justo em R\$ 2.925 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 2.700 em 2019). O método adotado para a avaliação do terreno consiste no método comparativo, através do confronto de dados de mercado, por entenderem como o mais indicado para o caso presente. O método é comparativo, porquanto a pesquisa de mercado realizada foi dirigida no sentido da apuração de valores médios, unitários básicos, praticados e/ou propostos para terrenos semelhantes e/ou comparáveis ao objeto de avaliação, quanto a sua localização e situação, sua topografia, seus serviços públicos essenciais, suas medidas e áreas, com destaque para o grau de aproveitamento dos mesmos, dentre outros fatores secundários, os quais pudessem vir a influir, direta ou indiretamente, na valorização ou desvalorização dos terrenos avaliados.

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Companhia de Fiação e Tecidos Santo Antônio - Sociedade anônima de capital fechado foi constituída em 12 de janeiro de 1989 e inaugurada em 06 de dezembro de 1997. Instalada na área mineira da Sudene goza de incentivo fiscal de redução do imposto de renda, 75% sobre o lucro da exploração, até o exercício de 2027.

Incorporação, Compra e Venda de Imóveis Cedro Ltda – sociedade iniciada em 30/11/2018 com o capital social integralizado de R\$10.000,00 dividido em 100 quotas no valor nominal de R\$100,00, sendo 99 quotas da Cedro Cachoeira.

AGC – Armazéns Gerais Cedro Ltda – sociedade iniciada em 17/12/2018 com capital social integralizado de R\$50.000,00 dividido em 50 quotas no valor nominal R\$1.000,00, sendo 49 quotas da Cedro e Cachoeira.

As principais informações sobre as participações em empresa controlada em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são sumarizadas como segue:

Informação da controlada

	Santo Antônio	
	30/09/2020	31/12/2019
Milhares de ações possuídas pela Companhia		
Ordinárias - sem valor nominal	610.920	610.920
Preferenciais - sem valor nominal	243.440	243.440
Participação da Companhia		
No capital social integralizado	85,435%	85,435%
No capital votante	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido	125.847	152.018
Lucros não realizados em operações ascendentes (<i>Upstream</i>) ⁽³⁾	(96)	(136)
Patrimônio Líquido ajustado	125.751	151.882
Lucros não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>) ⁽³⁾	(232)	(490)
Saldo do investimento	107.203	129.271
Lucro líquido do período/exercício ⁽²⁾⁽¹⁾	(26.172)	25.187
Lucros não realizados - venda para a controladora	39	(78)
(Prejuízo) Lucro líquido ajustado ⁽³⁾	(26.133)	25.109
Equivalência total	(22.326)	21.452

(1) Corresponde ao período de 12 meses.

(2) Corresponde ao período de 09 meses.

(3) Equivalência da Santo Antônio com 100% das operações descendentes e 85,435% das operações ascendentes.

Movimentação do investimento

	Santo Antônio
Saldos em 31 de dezembro de 2018	108.283
Resultados não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	(226)
Dividendos mínimos obrigatórios	(238)
Equivalência patrimonial	21.452
Saldos em 31 de dezembro de 2019	129.271
Resultados não realizados em operações descendentes (<i>Downstream</i>)	259
Equivalência patrimonial	(22.326)
Saldos em 30 de setembro de 2020	107.204

Composição dos investimentos

	30/09/2020	31/12/2019
Equivalência patrimonial	107.204	129.271
Ágio	834	834
Outros investimentos	56	56
Saldos	108.094	130.161

O sumário da demonstração financeira da controlada que possui participação de acionistas não controladores, encerradas em 30 setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão assim apresentados:

Balanco Patrimonial	30/09/2020	31/12/2019	Demonstração de Resultado	30/09/2020	30/09/2019
Participação da Controladora	85,44%	85,435%	Receita Líquida de Vendas	175.991	252.980
Ativo Circulante	137.914	161.466	Lucro Bruto	21.919	17.450
Ativo Não Circulante	212.034	193.833	Receitas (Despesas) Operacionais	(37.202)	207
Passivo Circulante	147.043	136.420	Resultado Financeiro	(11.039)	20.191
Passivo Não Circulante	77.058	66.861	IRPJ/CSLL	150	(7.262)
Patrimônio Líquido	125.847	152.018	Lucro (Prejuízo) líquido	(26.172)	30.586

14. IMOBILIZADO

	Controladora						
	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Estoque de Peças	Terrenos	Obras em andamento	Total
Custo ou avaliação							
Em 31 de dezembro de 2018	82.227	233.467	19.773	-	39.455	5.921	380.843
Adições	-	-	-	1.420	-	3.914	5.334
Alienações e baixas	(23)	(1.831)	(80)	-	-	-	(1.934)
Reversão de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	49	7.283	50	-	-	(7.382)	-
Reversão por valor recuperável de ativos (impairment)	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	82.253	238.919	19.743	1.420	39.455	2.453	384.243
Adições	-	-	-	28	-	2.424	2.452
Alienações e baixas	-	(170)	(5.658)	-	-	-	(5.828)
Reversão de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	3.097	-	3.097
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Reversão por valor recuperável de ativos (impairment)	-	-	-	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2020	82.253	238.749	14.085	1.448	42.552	4.877	383.964
Depreciação acumulada							
Em 31 de dezembro de 2018	(39.335)	(161.119)	(16.270)	-	-	-	(216.724)
Depreciação	(2.567)	(5.559)	(1.509)	-	-	-	(9.635)
Alienações e baixas	12	1.663	76	-	-	-	1.751
Em 31 de dezembro de 2019	(41.890)	(165.015)	(17.703)	-	-	-	(224.608)
Depreciação	(1.733)	(3.784)	(141)	-	-	-	(5.658)
Alienações e baixas	-	87	5.093	-	-	-	5.180
Em 30 de setembro de 2020	(43.623)	(168.712)	(12.751)	-	-	-	(225.086)
Valor residual líquido							
Em 30 de setembro de 2020	38.630	70.037	1.334	1.448	42.552	4.877	158.878
Em 31 de dezembro de 2019	40.363	73.904	2.040	1.420	39.455	2.453	159.635

Consolidado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, móveis e utensílios	Estoque de peças	Terrenos	Obras em andamento	Total
Custo ou avaliação							
Em 31 de dezembro de 2018	147.418	414.722	23.060	-	51.116	10.947	647.263
Adições	-	-	-	2.347	-	10.732	13.079
Alienações e baixas	(23)	(4.076)	(80)	-	-	1.055	(3.124)
Perda (reversão) por valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	57	9.486	149	-	-	(9.692)	-
Em 31 de dezembro de 2019	147.452	420.132	23.129	2.347	51.116	13.042	657.218
Adições	-	-	-	(43)	-	2.537	2.494
Alienações e baixas	-	(2.903)	(5.661)	-	-	628	(7.936)
Reversão de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	3.097	-	3.097
Transferências	226	2.642	5	-	-	(2.873)	-
Em 30 de setembro de 2020	147.678	419.871	17.473	2.304	54.213	13.334	654.873
Depreciação acumulada							
Em 31 de dezembro de 2018	(59.605)	(257.965)	(19.030)	-	-	-	(336.600)
Depreciação	(3.778)	(10.173)	(1.601)	-	-	-	(15.552)
Alienações e baixas	12	3.291	76	-	-	-	3.379
Em 31 de dezembro de 2019	(63.371)	(264.847)	(20.555)	-	-	-	(348.773)
Depreciação	(2.627)	(6.956)	(203)	-	-	-	(9.786)
Alienações e baixas	-	2.612	5.095	-	-	-	7.707
Em 30 de setembro de 2020	(65.998)	(269.191)	(15.663)	-	-	-	(350.852)
Valor residual líquido							
Em 30 de setembro de 2020	81.680	150.680	1.810	2.304	54.213	13.334	304.021
Em 31 de dezembro de 2019	84.081	155.285	2.574	2.347	51.116	13.042	308.445

Custos de empréstimo capitalizados

Em 30 de setembro de 2020, foram capitalizados R\$163 (R\$91 em 2019), na controladora e R\$568 (R\$593 em 2019) no consolidado. A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos capitalizados foi de 0,55% a.m., que representa a taxa efetiva média dos empréstimos.

Revisão das vidas úteis

As informações referentes à revisão das vidas úteis, não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas 15 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Perda (*impairment*) estimada de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia deverá reconhecer uma redução no saldo destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Em 31 de dezembro de 2019 o teste de *impairment* foi realizado de acordo com a norma contábil CPC 01 (R1) pelo montante do ativo imobilizado.

A metodologia utilizada para os cálculos de *impairment* foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela administração da Companhia.

Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Companhia e de sua controlada, Cia. de Fiação e Tecidos Santo Antônio, são consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresas de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados. Essas premissas de crescimento de receita de 2019 foram projetadas para os anos de 2019 a 2022 na Companhia e para os anos de 2019 a 2022 na Controlada Santo Antônio, embasadas nas iniciativas presentes no plano de negócios, considerando: i) atualização constante do seu mix de produtos ii)

aumento do volume de produção, principalmente no segmento de tecidos profissionais. As expectativas de crescimento das receitas foram bastantes conservadoras, considerando que para o período da projeção colocamos estimativas de produções anuais abaixo da capacidade total instalada, inclusive não atinge os patamares alcançados em 2013.

A Companhia entende que, mesmo atuando em mercado muito competitivo, inclusive com concorrentes asiáticos pode apresentar performances distintas devido às suas características individuais, tais como: estágio de maturação do parque industrial, aperfeiçoamento de sua mão de obra, custo de logística e energia elétrica.

Em relação ao preço médio de vendas, custos fixos e despesas, foi considerado um crescimento com base na taxa de inflação - IPCA ao ano. Uma vez que a maior parte dos insumos, mão de obra, serviços de manutenção e serviços de terceiros são reajustados de acordo com índices de inflação, essa premissa reflete a realidade do crescimento de custos da empresa.

Desta forma, a Companhia entende que ela e sua controlada submetidas ao teste de *impairment* terão melhoria de sua rentabilidade para os próximos anos, combinando as ações de aumento de receita e diluição de custos.

A taxa de desconto utilizada foi calculada com base em:

- CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) para o cálculo do custo de capital próprio;
 - Expectativa de mercado para a Selic média, acrescida de prêmio de risco para cálculo do capital de terceiros;
 - Ponderação entre participação do capital próprio e o de terceiros no capital total, partindo da situação atual e aproximando-se à média de mercado (setor) ao longo do tempo.
-

15. DIREITO DE USO EM ARRENDAMENTO

(a) Movimentação do ativo de direito de uso

	Controladora						
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática	Direito de uso de licença	Leasing máquina	Total
Custo							
Em 01 de janeiro de 2019	2.681	749	369	488	-	-	4.287
Adições	4.647	396	678	296	1.265	-	7.282
Baixas	-	(143)	(369)	(44)	-	-	(556)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>7.328</u>	<u>1.002</u>	<u>678</u>	<u>740</u>	<u>1.265</u>	<u>-</u>	<u>11.013</u>
Adições	-	-	43	-	-	1.531	1.574
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2020	<u>7.328</u>	<u>1.002</u>	<u>721</u>	<u>740</u>	<u>1.265</u>	<u>1.531</u>	<u>12.587</u>
Depreciação acumulada							
Em 01 de janeiro de 2019	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(1.874)	(552)	(486)	(277)	(205)	-	(3.394)
Baixas	-	143	369	44	-	-	556
Em 31 de dezembro de 2019	<u>(1.874)</u>	<u>(409)</u>	<u>(117)</u>	<u>(233)</u>	<u>(205)</u>	<u>-</u>	<u>(2.838)</u>
Adições	(1.432)	(282)	(342)	(172)	(308)	(77)	(2.613)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2020	<u>(3.306)</u>	<u>(691)</u>	<u>(459)</u>	<u>(405)</u>	<u>(513)</u>	<u>(77)</u>	<u>(5.451)</u>
Valor residual líquido							
Em 30 de setembro de 2020	<u>4.022</u>	<u>311</u>	<u>262</u>	<u>335</u>	<u>752</u>	<u>1.454</u>	<u>7.136</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>5.454</u>	<u>593</u>	<u>561</u>	<u>507</u>	<u>1.060</u>	<u>-</u>	<u>8.175</u>

	Consolidado						Total
	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática	Direito de uso de licença	Leasing máquina	
Custo							
Em 01 de janeiro de 2019	2.681	1.179	408	505	-	-	4.773
Adições	4.647	1.364	937	412	1.265	-	8.625
Baixas	-	(480)	(409)	(61)	-	-	(950)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>7.328</u>	<u>2.063</u>	<u>936</u>	<u>856</u>	<u>1.265</u>	<u>-</u>	<u>12.448</u>
Adições	-	156	210	-	-	3.070	3.436
Baixas	-	(136)	(154)	-	-	-	(290)
Em 30 de setembro de 2020	<u>7.328</u>	<u>2.083</u>	<u>992</u>	<u>856</u>	<u>1.265</u>	<u>3.070</u>	<u>5.594</u>
Depreciação acumulada							
Em 01 de janeiro de 2019	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(1.874)	(1.101)	(683)	(350)	(205)	-	(4.213)
Baixas	-	480	409	61	-	-	950
Em 31 de dezembro de 2019	<u>(1.874)</u>	<u>(621)</u>	<u>(274)</u>	<u>(289)</u>	<u>(205)</u>	<u>-</u>	<u>(3.263)</u>
Adições	(1.432)	(573)	(505)	(220)	(308)	(154)	(3.192)
Baixas	-	136	154	-	-	-	290
Em 30 de setembro de 2020	<u>(3.306)</u>	<u>(1.058)</u>	<u>(625)</u>	<u>(509)</u>	<u>(513)</u>	<u>(154)</u>	<u>(6.165)</u>
Valor residual líquido							
Em 30 de setembro de 2020	<u>4.022</u>	<u>1.025</u>	<u>367</u>	<u>347</u>	<u>752</u>	<u>2.916</u>	<u>9.429</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>5.454</u>	<u>1.442</u>	<u>662</u>	<u>567</u>	<u>1.060</u>	<u>-</u>	<u>9.185</u>

(b) Passivos de arrendamento reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos e evidenciação da taxa de desconto

Tipo de arrendamento	Controladora			
	Taxa média incremental 2020	Saldo em 30/09/2020	Taxa média incremental 2019	Saldo em 31/12/2019
Locação de imóveis	8,90%	4.960	8,90%	6.445
Locação de máquinas e equipamentos	7,79%	50	8,36%	707
Locação de veículos	8,24%	235	8,22%	571
Locação de equipamentos de informática	8,99%	347	9,03%	449
Locação de direito de uso de licença	8,73%	755	8,73%	1.116
		6.347		9.288
Parcela curto prazo		3.388		4.051
Parcela longo prazo		2.959		5.237
		6.347		9.288

Tipo de arrendamento	Consolidado			
	Taxa média incremental 2020	Saldo em 30/09/2020	Taxa média incremental 2019	Saldo em 31/12/2019
Locação de imóveis	8,90%	4.960	8,90%	6.445
Locação de máquinas e equipamentos	8,09%	972	8,49%	1.719
Locação de veículos	8,14%	341	8,29%	650
Locação de equipamentos de informática	9,09%	391	9,12%	551
Locação de direito de uso de licença	8,73%	755	8,73%	1.116
		7.419		10.481
Parcela curto prazo		4.110		4.656
Parcela longo prazo		3.309		5.825
		7.419		10.481

16. INTANGÍVEL

Custo	Controladora			Consolidado			
	Vida útil definida		Total	Vida útil indefinida	Vida útil definida		Total
	Marcas e patentes	Softwares e licenças		Ágio	Marcas e patentes	Softwares e licenças	
Em 31 de dezembro de 2018	1.333	12.434	13.767	1.592	2.142	16.423	20.157
Adições	-	211	211	-	-	392	392
Alienações e baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	1.333	12.645	13.978	1.592	2.142	16.815	20.549
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Alienações e baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2020	1.333	12.645	13.978	1.592	2.142	16.815	20.549
Amortização acumulada							
Em 31 de dezembro de 2018	(1.331)	(10.677)	(12.088)	(758)	(2.140)	(14.666)	(17.564)
Amortização	(2)	(571)	(573)	-	(2)	(576)	(578)
Alienações e baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	(1.333)	(11.248)	(12.581)	(758)	(2.142)	(15.242)	(18.142)
Amortização	-	(386)	(386)	-	-	(413)	(413)
Alienações e baixas	-	-	-	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2020	(1.333)	(11.634)	(12.967)	(758)	(2.142)	(15.655)	(18.555)
Valor residual líquido							
Em 30 de setembro de 2020	-	1.011	1.011	834	-	1.160	1.994
Em 31 de dezembro de 2019	-	1.397	1.397	834	-	1.573	2.407

Os ativos intangíveis com vida útil definida são representados por marcas e patentes e direitos de utilização de software adquiridos junto a empresas especializadas, por programas adaptados para uso da Companhia baseados em softwares existentes no mercado. A amortização é calculada de forma linear em 10 e 5 anos, respectivamente.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Moeda / indexador	Vencime nto final	Encargos financeiros anuais (%)	Controladora			
				30/09/2020		31/12/2019	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Leasing - arrendamento mercantil	R\$	2025	100% CDI + 5,80%	223	820	-	-
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI	R\$	2023	Taxa fixa 2,50% a 3,50%	279	478	781	733
Mútuo - Acionistas	R\$	2020	140,00% CDI	1.065	-	1.032	-
Cédula de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2023	100,00% CDI + 6,42%	2.962	6.384	2.482	8.594
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2024	100,00% SELIC + 4,30% a 11,35%	6.192	58.192	3.723	59.145
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	100,00% CDI + 4,00% a 12,68%	10.299	10.859	16.931	12.272
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	155,00% CDI	5.353	15.290	5.248	19.858
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	Taxa fixa 7,96% a 52,51%	9.023	2.911	21.417	3.648
Letra de Câmbio - Cap. Giro	R\$	2020	Taxa fixa 18,16%	-	-	731	-
ACC - Adiant. de contrato de câmbio	US\$	2020	Taxa fixa 4,90 a 5,6%	8.625	-	9.254	-
Conta Garantida	R\$	2022	Taxa fixa 14,10%	700	-	-	-
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI	R\$	2021	Selic + 5,50% 100% CDI + 10,03% a 12,68%	186	-	-	-
Conta Garantida	R\$	2020		15.000	-	15.000	-
				59.907	94.934	76.599	104.250

	Moeda / indexador	Vencimento final	Encargos financeiros anuais (%)	Consolidado			
				30/09/2020		31/12/2019	
				Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Leasing - arrendamento mercantil	R\$	2025	100% CDI + 5,80%	447	1.643	-	-
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI	R\$	2023	Taxa fixa 2,50% a 5,50%	512	1.001	1.115	1.430
Cédula de Crédito Industrial - Finame PSI	R\$	2021	Selic + 5,50%	186	-	-	-
Cédula de Crédito Industrial - FNE	R\$	2026	Taxa fixa 8,50%	2.204	15.168	2.631	14.722
Mutuo - Acionistas Cédula de Crédito à Exportação - Cap. Giro	R\$	2020	140,00% CDI	1.065	-	1.032	-
	R\$	2023	100,00% CDI + 6,42%	2.962	6.384	2.482	8.594
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2024	100,00% SELIC + 4,30% a 11,35%	7.858	78.892	4.453	80.089
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	100,00% CDI + 4,00% a 12,68%	15.759	15.997	22.482	18.956
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	155,00% CDI	5.353	15.290	5.248	19.858
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2023	Taxa fixa 7,96% a 52,51%	9.023	2.911	21.417	3.648
Cédula de Crédito Bancário - Cap. Giro	R\$	2022	Taxa fixa 8,86%	5.625	7.457	-	-
Letra de Câmbio - Cap. Giro	R\$	2020	Taxa fixa 18,16%	-	-	731	-
ACC - Adiant. de contrato de câmbio	US\$	2020	Taxa fixa 4,90 a 5,60%	8.625	-	9.254	-
Conta Garantida	R\$	2022	Taxa fixa 14,10% 100% CDI + 10,03% a 12,68%	2.000	-	-	-
Conta Garantida	R\$	2020		15.000	-	15.000	-
				<u>76.619</u>	<u>144.743</u>	<u>85.845</u>	<u>147.297</u>

(1) PSI - Programa BNDES de Sustentação do Investimento.

(2) FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

As parcelas do passivo não circulante em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, incluindo os juros futuros até a data contratual de pagamento, vencem como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
2021	9.267	34.279	14.381	46.019
2022	41.599	40.074	63.509	54.306
2023	34.244	31.371	50.210	45.358
2024 a 2026	21.180	19.626	33.417	30.634
	106.290	125.350	161.517	176.317

A Companhia presta aval a financiamentos de suas controladas, no montante de R\$53.842 (R\$40.304 em 2019). Os financiamentos são garantidos por notas promissórias e bens do imobilizado no valor contábil consolidado de R\$160.169 (R\$171.904 em 2019).

Covenants

Dois contratos de empréstimos e financiamentos contratados pela Cedro e um da controlada Santo Antônio possuem cláusulas restritivas de vencimento antecipado não financeiras que contemplam, dentre elas: (a) questões relacionadas ao não atendimento das garantias dadas nos empréstimos; (b) alteração do Objeto Social da Companhia ou de qualquer um das garantidoras, exceto se devidamente comunicado ao credor; (c) a incorporação, fusão ou cisão da Cedro; (d) encerramento das atividades da Companhia, pedido ou decretação de falência, insolvência civil ou recuperação extrajudicial que não seja devidamente elidida no prazo legal; (e) questões relacionadas à inadimplência dos valores devidos.

Em 2019 a Companhia atendeu a todos os *covenants* contratuais aos quais está sujeita, tanto os *covenants* contábeis (financeiros), quanto os *covenants* não contábeis (não financeiros) foram satisfeitos. Diante do cumprimento das obrigações assumidas, não houve exigência de pagamento antecipado ou qualquer alteração nos termos inicialmente pactuados nos empréstimos e financiamentos contratados.

18. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas e tributárias para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisou suas estimativas e considerou as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos.

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas apresentavam os seguintes passivos e os correspondentes depósitos judiciais relacionados a riscos:

	Controladora				Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Depósitos Judiciais	Líquido	Tributárias	Trabalhistas	Depósitos Judiciais	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	99	251	(175)	175	839	895	(515)	1.219
Adições	3	438	-	441	27	1.161	11	1.199
Baixas	(102)	(250)	29	(323)	(102)	(747)	130	(719)
Atualizações	-	-	(5)	(5)	-	-	(8)	(8)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	439	(151)	288	764	1.309	(382)	1.691
Adições	-	-	6	6	9	-	349	358
Baixas	-	(2)	(36)	(38)	-	(295)	(396)	(691)
Atualizações	-	-	(2)	(2)	-	1	(6)	(5)
Saldo em 30 de setembro de 2020	-	437	(183)	254	773	1.015	(435)	1.353

Tributárias

PIS e Cofins

Com a decisão definitiva do trânsito em julgado na data de 13 de dezembro de 2018 no que tange a ação proposta pela Companhia em 2006 contra a Fazenda Nacional (União), pleiteando a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, a Administração decidiu baixar a contingência e providenciar o levantamento dos depósitos judiciais.

Outras demandas judiciais

Encontram-se também em andamento ações indenizatórias de natureza tributária, cível e trabalhista movidas contra a Companhia e suas controladas, que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, deverão ser julgadas improcedentes. Destas ações, aproximadamente R\$7.409 na controladora (R\$18.098 no consolidado) tem seu desfecho considerável possível, para as quais não foi constituída uma provisão. Destes valores, R\$366 na controladora (R\$1.057 no consolidado) referem-se a ações de natureza trabalhista. Ações de natureza fiscal (Imposto Territorial Rural - ITR, Contribuições previdenciárias sobre participação nos lucros e Imposto sobre o Lucro Líquido - ILL) montam em R\$7.018 na controladora (R\$17.000 no consolidado). As ações de natureza cível são referentes a danos materiais, lucros cessantes e ações de caráter indenizatório no montante de R\$25 na controladora (R\$41 no consolidado).

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos.

19. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) Capital social

O capital social é de R\$150.000 e está representado por 5.707.104 ações ordinárias com direito a voto e 4.292.896 ações preferenciais sem direito a voto perfazendo o total de 10.000.000, todas escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações sociais. O número de votos, por acionista, é limitado a 5% do total das ações ordinárias do capital, por determinação estatutária. As ações preferenciais não têm direito a voto e conferem a seus detentores direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos, além do direito de serem incluídas em oferta pública de alienação de controle.

As ações preferenciais adquirirão o exercício de direito de voto se a Companhia, pelo prazo de três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se aos ajustes do custo atribuído de itens do imobilizado da Companhia e a equivalência desses ajustes nas controladas, cuja realização ocorre através da depreciação e baixa, com a correspondente transferência para a conta de Lucros acumulados.

20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO E RECEITA

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões relativas a planejamento

estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem somente um segmento.

21. RECEITA LÍQUIDA

A composição das vendas brutas nos mercados interno e externo é como segue:

	Controladora			
	3T20	9M20	3T19	9M19
Receita bruta				
Vendas mercado interno	112.922	294.914	115.569	336.029
Vendas mercado externo	2.354	7.094	4.774	11.156
	115.276	302.008	120.343	347.185
Deduções de vendas				
ICMS, PIS e COFINS	(15.408)	(40.517)	(16.139)	(47.519)
Devoluções e abatimentos	(1.270)	(4.838)	(1.109)	(2.731)
Receita líquida	98.598	256.653	103.095	296.935

	Consolidado			
	3T20	9M20	3T19	9M19
Receita bruta				
Vendas mercado interno	191.187	468.133	208.202	562.528
Vendas mercado externo	4.187	15.158	9.001	23.342
	195.374	483.291	217.203	585.870
Deduções de vendas				
ICMS, PIS e COFINS	(26.843)	(64.670)	(29.556)	(80.060)
Devoluções e abatimentos	(2.401)	(10.628)	(1.932)	(6.127)
Receita líquida	166.130	407.993	182.715	499.683

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora			
	3T20	9M20	3T19	9M19
Salários, incluindo custo de rescisões	(10.923)	(32.552)	(12.707)	(37.642)
Benefícios	(4.615)	(14.226)	(4.384)	(13.024)
Custos previdenciários e FGTS	(4.168)	(12.116)	(4.550)	(13.545)
Matéria-prima e materiais de consumo	(49.927)	(123.379)	(48.448)	(148.560)
Energia elétrica	(6.295)	(19.280)	(7.850)	(21.200)
Combustíveis	(4.387)	(13.252)	(5.778)	(16.672)
Manutenções/ serviços de terceiros	(2.354)	(7.505)	(3.447)	(9.089)
Depreciações e amortizações (Notas 16 e 17)	(2.489)	(8.657)	(3.495)	(10.607)
Comissões	(1.863)	(4.994)	(2.144)	(5.475)
Frete	(2.501)	(6.883)	(2.680)	(7.224)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	201	(2.875)	(197)	(579)
Outras despesas	(3.542)	(9.593)	(4.616)	(12.495)
	(92.863)	(255.312)	(100.296)	(296.112)

Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	(78.821)	(210.103)	(89.035)	(262.201)
Despesas comerciais	(5.571)	(17.889)	(6.793)	(17.678)
Outras despesas administrativas	(5.199)	(14.306)	(4.468)	(12.818)
Custo da ociosidade (Nota 24)	(3.272)	(13.014)	-	(3.415)
	(92.863)	(255.312)	(100.296)	(296.112)

Consolidado

	3T20	9M20	3T19	9M19
Salários, incluindo custo de rescisões	(18.285)	(52.466)	(22.258)	(66.032)
Benefícios	(7.864)	(25.109)	(7.907)	(23.340)
Custos previdenciários e FGTS	(6.972)	(19.664)	(7.981)	(23.975)
Matéria-prima e materiais de consumo	(92.937)	(212.925)	(97.436)	(260.208)
Energia elétrica	(9.128)	(29.802)	(13.161)	(35.359)
Combustíveis	(5.473)	(15.949)	(7.446)	(21.454)
Manutenções/ serviços de terceiros	(4.007)	(12.366)	(5.834)	(18.530)
Depreciações e amortizações (Notas 16 e 17)	(3.881)	(13.391)	(5.105)	(15.579)
Comissões	(3.487)	(8.652)	(4.063)	(10.605)
Frete	(4.698)	(12.165)	(5.170)	(14.107)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(290)	(5.651)	(669)	(1.582)
Outras despesas	(4.432)	(12.500)	(6.652)	(18.121)
	(161.454)	(420.640)	(183.682)	(508.892)
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	(137.142)	(339.480)	(164.541)	(447.701)
Despesas comerciais	(10.251)	(30.749)	(12.457)	(32.868)
Outras despesas administrativas	(7.994)	(21.682)	(6.684)	(21.803)
Custo da ociosidade (Nota 24)	(6.067)	(28.729)	-	(6.520)
	(161.454)	(420.640)	(183.682)	(508.892)

23. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) LÍQUIDAS

	Controladora			
	3T20	9M20	3T19	9M19
Outras Receitas				
ICMS sobre a base PIS e COFINS	-	-	-	2.434
Venda de energia elétrica	(198)	759	-	76
Receita na venda de imobilizado/ investimentos	7	7.927	16	61
Reversão de provisões	527	3.668	2.905	2.925
Outras receitas	72	225	18	49
	408	12.579	2.939	5.545
Outras Despesas				
Indenizações contratuais	-	-	-	(2.659)
Custo de ociosidade	(3.272)	(13.014)	-	(3.415)
Provisão para perdas	164	(36)	(98)	(559)
Despesas tributárias	(345)	(1.717)	(447)	(1.635)
Custos na venda de imobilizado/ investimentos	-	(6.779)	(5)	(161)
Custo com energia	-	(402)	-	(68)
Outras despesas	(268)	(521)	(5)	(900)
	(3.721)	(22.469)	(555)	(9.397)
	(3.313)	(9.890)	2.384	(3.852)

Outras Receitas	Consolidado			
	3T20	9M20	3T19	9M19
ICMS sobre a base PIS e COFINS	-	-	-	40.354
Venda de energia elétrica	(365)	1.735	-	107
Receita na venda de imobilizado/ investimentos	626	8.546	-	25
Reversão de provisões	3.334	3.520	3.352	3.528
Outras receitas	213	380	29	86
	3.808	14.181	3.381	44.100
Outras Despesas				
Indenizações trabalhistas	-	-	-	(9.475)
Custo de ociosidade	(6.067)	(28.729)	-	(6.520)
Provisão para perdas	99	(132)	(51)	(997)
Despesas tributárias	(452)	(2.775)	(682)	(3.747)
Custos na venda de imobilizado/ investimentos	(3.129)	(6.358)	247	203
Custo com energia	-	(1.261)	-	(99)
Outras despesas	(281)	(533)	(3)	(1.559)
	(9.830)	(39.788)	(489)	(22.194)
	(6.022)	(25.607)	2.892	21.906

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	3T20	9M20	3T19	9M19
Receitas financeiras				
Descontos ativos	130	242	70	489
Receita de aplicações financeiras	-	27	28	77
Juros recebidos de clientes	199	666	295	609
Receitas financeiras de controladas	-	48	-	-
Atualização de depósitos judiciais e do precatório	-	229	259	650
Exclusão do ICMS na base de cálculo (nota 10)	100	663	321	4.655
Outras receitas financeiras	3	7	3	20
	432	1.882	976	6.500
Variações cambiais ativas	1.427	4.454	1.323	2.865
	1.859	6.336	2.299	9.365
Despesas financeiras				
Juros e encargos sobre financiamentos	(3.714)	(13.441)	(5.891)	(17.685)
Juros e mora sobre impostos e contribuições	(2.026)	(5.298)	(2.051)	(7.436)
Cessão de recebíveis	(1.610)	(5.448)	(1.704)	(5.061)
Despesas financeiras - controladas	(132)	(233)	(160)	(1.079)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(138)	(328)	(491)	(1.282)
Descontos concedidos	(15)	(16)	1	(23)
Outras despesas financeiras	(555)	(1.230)	(538)	(1.386)
	(8.190)	(25.994)	(10.834)	(33.952)
Variações cambiais passivas	(1.751)	(7.318)	(1.816)	(3.311)
	(9.941)	(33.312)	(12.650)	(37.263)
	(8.082)	(26.976)	(10.351)	(27.898)

	Consolidado			
	3T20	9M20	3T19	9M19
Receitas financeiras				
Descontos ativos	211	386	79	548
Receita de aplicações financeiras	-	66	51	147
Juros recebidos de clientes	416	1.203	362	1.097
Atualização de depósitos judiciais e do precatório	1	235	254	655
Exclusão do ICMS na base de cálculo (nota 10)	152	715	1.034	36.159
Outras receitas financeiras	9	29	23	81
	789	2.634	1.803	38.687
 Variações cambiais ativas	 2.852	 10.104	 2.619	 5.157
	3.641	12.738	4.422	43.844
 Despesas financeiras				
Juros e encargos sobre financiamentos	(4.818)	(16.747)	(7.186)	(22.078)
Juros e mora sobre impostos e contribuições	(3.173)	(8.982)	(3.748)	(11.368)
Cessão de recebíveis	(2.526)	(8.513)	(3.169)	(9.105)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(139)	(582)	(487)	(1.281)
Descontos concedidos	(35)	(36)	1	(94)
Outras despesas financeiras	(645)	(1.932)	(705)	(1.870)
	(11.336)	(36.792)	(15.294)	(45.796)
 Variações cambiais passivas	 (3.814)	 (13.961)	 (3.280)	 (5.756)
	(15.150)	(50.753)	(18.574)	(51.552)
	(11.509)	(38.015)	(14.152)	(7.708)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal nos períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 está descrita a seguir:

	Controladora							
	Imposto de renda				Contribuição social			
	3T20	9M20	3T19	9M19	9M20	1S20	3T19	9M19
Lucro (prejuízo)								
antes do imposto,								
contribuição social	(6.923)	(46.059)	(9.342)	(2.884)	(6.923)	(46.059)	(9.342)	(2.884)
Alíquota nominal								
combinada do								
imposto de renda e								
da contribuição								
social - %	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Imposto de renda e								
contribuição social								
às alíquotas da								
legislação	1.731	11.515	2.336	721	623	4.145	841	260
Equivalência								
patrimonial	(1.033)	(5.582)	(929)	6.493	(372)	(2.010)	(334)	2.881
Outros	(359)	(332)	(68)	34	(175)	(167)	(21)	15
IR e CSLL ajustados	<u>339</u>	<u>5.601</u>	<u>1.339</u>	<u>7.248</u>	<u>76</u>	<u>1.968</u>	<u>486</u>	<u>3.156</u>
Reversão de crédito								
tributário não								
reconhecido								
contabilmente	(321)	(5.446)	(1.161)	(8.516)	(69)	(1.910)	(739)	(3.947)
IR e CSLL efetivos	<u>18</u>	<u>155</u>	<u>178</u>	<u>(1.268)</u>	<u>7</u>	<u>58</u>	<u>(253)</u>	<u>(791)</u>
Parcela corrente	-	-	916	(773)	-	-	-	(613)
Parcela diferida	18	(137)	(738)	(495)	7	58	(253)	(178)

	Consolidado							
	Imposto de renda				Contribuição social			
	3T20	9M20	3T19	9M19	3T20	9M20	3T19	9M19
Lucro (prejuízo) antes do imposto, contribuição social	(7.605)	(50.009)	(10.155)	8.787	(7.605)	(50.009)	(10.155)	8.787
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	1,52% a 25%	1,52% a 25%	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%	9%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	1.901	12.502	2.539	(2.197)	684	4.501	914	(791)
Diferença da alíquota de 25% para alíquota incentivada nas controladas	7	(18)	(34)	(770)	-	-	-	-
Outros	(367)	(350)	(81)	(44)	(176)	(192)	(24)	(9)
IR e CSLL ajustados	<u>1.541</u>	<u>12.134</u>	<u>2.424</u>	<u>(3.011)</u>	<u>508</u>	<u>4.309</u>	<u>890</u>	<u>(800)</u>
Incentivo da SUDENE PAT- Programa de Alimentação ao Trabalhador	-	-	-	3.507	-	-	-	-
	-	-	-	196	-	-	-	-
	<u>1.541</u>	<u>12.134</u>	<u>2.424</u>	<u>692</u>	<u>508</u>	<u>4.309</u>	<u>890</u>	<u>(800)</u>
Reversão de crédito tributário não reconhecido contabilmente	(1.502)	(11.864)	(2.094)	(6.265)	(538)	(4.226)	(1.114)	(2.902)
IR e CSLL efetivos	<u>39</u>	<u>270</u>	<u>330</u>	<u>(5.573)</u>	<u>(30)</u>	<u>83</u>	<u>(224)</u>	<u>(3.702)</u>
Parcela corrente	82	72	1.026	(5.113)	4	(4)	1	(3.548)
Parcela diferida	(43)	198	(696)	(460)	(34)	87	(225)	(154)

(b) Os tributos diferidos ativos são compostos conforme apresentado abaixo:

Ativo	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Base negativa e prejuízos fiscais de anos anteriores	131.304	82.017	122.547	73.282	185.300	122.904	176.793	114.429
Base negativa, prejuízo fiscal (compensado) no ano calendário	31.303	49.287	31.298	49.265	62.455	62.396	62.440	62.364
Diferenças intertemporais	7.586	7.659	7.040	7.108	13.968	13.961	12.836	12.819
Base de cálculo do imposto e contribuição social diferidos	170.193	138.963	160.885	129.655	261.723	199.261	252.069	189.612
Alíquotas (i)	25%	25%	9%	9%	13,5% a 25%	13,5% a 25%	9%	9%
Crédito tributário	42.548	34.741	14.480	11.669	54.904	42.881	22.686	17.065
Crédito tributário não reconhecido contabilmente (ii)	(34.221)	(26.321)	(11.322)	(8.479)	(43.764)	(31.645)	(17.831)	(12.178)
Total de imposto de renda e contribuição diferidos ativos	8.327	8.420	3.158	3.190	11.140	11.236	4.855	4.887
Total de Imposto de renda e contribuição diferidos passivos	(21.436)	(21.684)	(8.415)	(8.505)	(27.940)	(28.234)	(12.331)	(12.451)
Impostos diferidos passivos	(13.109)	(13.264)	(5.257)	(5.315)	(16.800)	(16.998)	(7.476)	(7.564)

(j) As taxas efetivas de imposto de renda da controlada para Santo Antônio é 13,50% em 2020 (13,50% em 2019).

(ii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que os prejuízos fiscais e base negativa sejam absorvidos por futuros lucros tributáveis e que as diferenças temporárias, sobre as quais são calculados, sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. O montante do crédito tributário reconhecido está limitado ao valor que se julga provável de realização em até 2026, conforme estudo aprovado pela Administração da Companhia.

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, descontada a valor presente, base negativa e diferenças intertemporais é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
2020	563	563	563	563
2021	2.106	2.106	2.106	2.106
2022 a 2026	8.816	8.941	13.326	12.567
	11.485	11.610	15.995	15.236

(c) As movimentações dos tributos diferidos passivos são conforme apresentadas abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	94.495	96.457	94.495	96.457	138.342	140.773	138.342	140.773
Realização do custo atribuído ao imobilizado	(51)	(1.909)	(51)	(1.909)	(406)	(1.835)	(406)	(1.835)
Diferença depreciação contábil x fiscal (Parecer normativo nº 1 de 29/07/2011)	(940)	(53)	(940)	(53)	(928)	(596)	(928)	(596)
Base	93.504	94.495	93.504	94.495	137.008	138.342	137.008	138.342
Alíquotas	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%	1,52% a 25%	1,52% a 25%	9%	9%
Saldo impostos passivos diferidos	21.436	21.684	8.415	8.505	27.940	28.234	12.331	12.451

Subvenções governamentais

As unidades, instaladas em Pirapora na área de atuação da SUDENE, gozam de incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração sobre a capacidade prevista nos projetos de modernização dos empreendimentos, os benefícios gerados são registrados contabilmente na demonstração do resultado e submetidos à constituição de reserva de lucros.

Os instrumentos legais que permitem a utilização dos incentivos da Companhia e sua controlada:

- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial, unidade Caetano Mascarenhas, com vigência a partir do ano calendário de 2018 até o ano calendário de 2027, Laudo Constitutivo do MIT nº 198/2018 e Ato Declaratório Executivo nº 5 da DRFB-MC de 27/03/2019;
- Projeto de Modernização total do empreendimento industrial, unidade Victor Mascarenhas, com vigência a partir do ano calendário de 2018 até o ano calendário de 2027, Laudo Constitutivo do MIT nº 353/2018 e Ato Declaratório Executivo nº 6 da DRFB-MC de 27/03/2019.

A Companhia procede a contabilização da reserva de lucros referente a subvenção para investimento conforme estabelecido pelo Art. 30 da Lei No. 12.973 de 13 de maio de 2014 que determina a utilização da reserva de incentivo fiscal a partir da absorção de prejuízos, desde que anteriormente tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal. Adicionalmente, de acordo com o § 3º da lei mencionada anteriormente, se, no período de apuração, a pessoa jurídica apurar prejuízo contábil ou lucro líquido contábil inferior à parcela decorrente de doações e de subvenções governamentais e, nesse caso, não puder ser constituída como parcela de lucros nos termos do caput, esta deverá ocorrer à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

26. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

O quadro a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 (em milhares, exceto valores por ação):

	30/09/2020			30/09/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Prejuízo líquido do exercício	(26.164)	(19.681)	(45.845)	(2.820)	(2.121)	(4.941)
Denominador						
Média ponderada do número de ações	5.707	4.293	10.000	5.707	4.293	10.000
Prejuízo líquido básico e diluído por ação	(4,58)	(4,58)	(4,58)	(0,49)	(0,45)	(0,45)

Não existem instrumentos financeiros ou instrumentos patrimoniais com potencial dilutivo do número de ações da Companhia.

27. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

Em 30 de setembro de 2020 a cobertura para risco de incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, totaliza na controladora R\$35.693 (consolidado R\$60.000) e em 30 de setembro de 2019 na controladora R\$35.229 (consolidado R\$60.000). Com relação ao seguro de veículos em caso de sinistro a Companhia receberá de forma integral os valores conforme determinados pela tabela FIPE, totalizando na controladora R\$3.644 (consolidado R\$4.391).

28. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os trimestres findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

		Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Capitalização de juros de empréstimos		163	76	568	400
Aquisição de ativos com leasing		1.072	-	2.149	-

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fabiano Soares Nogueira – Presidente
Breno Mattos de Magalhães Mascarenhas - Vice-Presidente
Silvio Diniz Ferreira Júnior
André Maurício Miranda
Victor Mascarenhas de Freitas Borges
Ricardo Cançado Dias
Marcos Mattos de Magalhães Mascarenhas
Renato Mascarenhas Alves
Ricardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz
Adauto Alves Ribas
Clarissa Cançado de Lara Resende

DIRETORIA

Marco Antônio Branquinho Junior - Diretor Presidente
Fábio Mascarenhas Alves - Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores
Luiz César Guimarães - Diretor Comercial

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Paulo César Soares - Gerente de Controladoria - Contador CRC-MG 32.041/O-4
Antônio Pereira Filho - Contador CRC-MG 49.896/O-1
